

DOSSIÊ

ERRO, DÚVIDA E JORNALISMO GENERIFICADO:

Um olhar sobre a cobertura de estupro a partir da reportagem “A rape on campus”

Copyright © 2018
SBPjor / Associação
Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

KARINA GOMES BARBOSA
Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana-MG, Brasil
ORCID: 0000-0002-1860-3622

RAFIZA VARÃO
Universidade de Brasília, Brasília-DF, Brasil
ORCID: 0000-0003-0383-5524

DOI: <https://doi.org/10.25200/BJR.v14n1.2018.1049>

RESUMO – Este artigo busca problematizar alguns fundamentos do jornalismo ocidental à luz das contribuições feministas, refletindo sobre a cobertura de estupro feita pela imprensa de referência, tendo a reportagem “A rape on campus”, publicada em novembro de 2014 pela revista norte-americana *Rolling Stone*, como estudo de caso. Nos propomos a pensar o jornalismo a partir de quatro proposições ligadas às teorias feministas: perspectiva; experiência das mulheres; objetivo em/a favor das mulheres; e sujeitos situados. Para além de pensar um jornalismo possível a partir de fundamentos feministas, nos dedicamos a cotejar de que maneiras essa potência de jornalismo dialoga, se choca, contradiz e interpela fundamentos tradicionais e universais do jornalismo, sobretudo aqueles relativos à ética e aos processos de apuração.

Palavras-chave: Jornalismo Generificado. Cobertura de Estupro. Feminismo. Ética.

ERROR, DUDA Y PERIODISMO GENERIFICADO: una mirada sobre la cobertura de violación a partir del reportaje “A rape on campus”

RESUMEN – Este artículo busca problematizar algunos fundamentos del periodismo occidental a la luz de las contribuciones feministas, pensando sobre la cobertura de violación hecha por la prensa de referencia, teniendo el reportaje “A rape on campus”, publicada en noviembre de 2014 por la revista norteamericana *Rolling Stone*, como estudio de caso. Nos proponemos pensar el periodismo a partir de cuatro proposiciones ligadas a las teorías feministas: perspectiva; experiencia de las mujeres; objetivo en favor de las mujeres; y sujetos situados. Además de pensar un periodismo posible a partir de fundamentos feministas, nos dedicamos a cotejar de qué maneras esa potencia de periodismo dialoga, choca, contradice e interpela fundamentos tradicionales y universales del periodismo, sobre todo aquellos relativos a la ética y los derechos procesos de escrutinio.

Palabras clave: Periodismo Generificado. Cobertura de Violación. Feminismo. Ética.

ERROR, DOUBT AND GENDERED JOURNALISM: a look at the rape coverage in the feature “A rape on campus”

ABSTRACT – This paper aims to problematize some foundations of Western journalism in the light of feminist contributions, reflecting about the rape coverage made by dominant press, with the feature “A rape on campus”, published in November 2014 by the American magazine *Rolling Stone*, as case study. We propose to think journalism from four ideas linked to feminist theories: perspective; women's experience; objective in favor of women; and situated subjects. Besides reflect about the possibility of a journalism built on feminist foundations, we are going to analyze the ways in which this journalism dialogues, collides, contradicts and challenges the traditional and universal foundations of journalism, especially those related to ethics and production.

Key words: Gendered Journalism. Rape Coverage. Feminism. Ethics.

1 Apresentação

Feminicídio, violência doméstica, estupro, *glass ceiling*, assédio sexual e moral, maternidade, aborto, direitos reprodutivos, métodos contraceptivos, políticas públicas de gênero. Muitos são os itens da agenda feminista frequentemente abordados pela chamada imprensa de referência. Culpabilização da vítima, radicalismo feminista, crimes passionais, naturalização das hierarquias de gênero são alguns dos enquadramentos cotidianos criticados por movimentos e estudos feministas. Ainda que fale de mulheres, esta produção jornalística já não fala às mulheres, porque não nos diz respeito e porque não se expressa em um discurso generificado, engendrado pelas nossas experiências e enquadrado sob nossas perspectivas. Petrificado, mantém-se arraigado a um jornalismo masculino e masculinizado.

Iniciativas como manuais de produção de jornalismo (entre os quais os feitos pelo *think tank Think Olga* e pela Secretaria de Políticas para Mulheres do Rio Grande Sul) e a crítica de mídia formal (como a feita pela Agência Patrícia Galvão) e informal (que circula pelas redes sociais, por sites e blogs) buscam denunciar e repensar a maneira como a grande imprensa aborda essa agenda, rumo a uma cobertura generificada de assuntos relativos aos regimes de gênero e, especialmente, às mulheres (Connell, 2014). Outras iniciativas englobam a criação de veículos de mídia independente que buscam, por meio de sujeitos/as jornalísticos/as situados/as, produzir uma cobertura contra-hegemônica ao enquadramento tradicional.

Exemplos proeminentes no Brasil incluem Azmina, Catarinas, Capitolina, Geledés¹.

A desconstrução do sexismo na linguagem do jornalismo, que é produzida do ponto de vista de um masculino universal (Nye, 1995) – como ademais toda a linguagem –, bem como iniciativas críticas, são essenciais no contexto da quarta onda dos feminismos². Mas são suficientes para adequadamente responder à necessidade de um jornalismo que dê conta deste tempo, dessas vozes, dessas experiências por tantos anos abordadas de pontos de vista masculinos? Essas perguntas ressoam no desabafo de Heloisa Buarque de Hollanda, em entrevista ao *Suplemento Pernambuco*:

O formato acadêmico, por exemplo, é branco e masculino. Não é que a mulher seja diferente do homem, mas sua experiência é outra. Veja o que aconteceu com minha tese de doutorado. Escrevi 'Eu ainda lembro dos anos sessenta' e a banca parou aí. A tese enguiçou na primeira linha. Mas por quê? É que a banca queria analisar minha tese a partir de uma experiência masculina; e eu queria contar minha experiência como mulher. E não pode (Carpeggiani, 2017).

Neste trabalho buscamos problematizar alguns fundamentos do jornalismo ocidental à luz das contribuições feministas, refletindo acerca da cobertura de estupro feita pela imprensa de referência, utilizando a reportagem “A rape on campus”, da *Rolling Stone*, como estudo de caso. Não se trata de remediar ou adequar o jornalismo a um mundo que demanda novas respostas (e propõe novas perguntas), mas de um elemento imprescindível para a justiça social, de acordo com Nancy Fraser (2013). Isso porque o jornalismo integra o tripé redistribuição-representação-reconhecimento que precisa ser transformado para garantir acesso paritário das mulheres à cidadania. A prática jornalística é um dos elementos culturais de reconhecimento que precisa, nesse contexto, dar a reconhecer adequadamente os sujeitos femininos em sua cobertura, naquilo que visibiliza (Fraser, 2013).

Assim, nos propomos a pensar o jornalismo a partir de quatro proposições diretamente ligadas às teorias feministas: a perspectiva; a experiência das mulheres; um objetivo em/a favor das mulheres; e a ideia de sujeitos situados – por sua vez, conectada ao conceito de perspectiva. Para além de pensar um jornalismo possível a partir de fundamentos feministas, cotejamos de que maneiras essa potência de jornalismo dialoga, se choca, contradiz e interpela fundamentos tradicionais e universais (no Ocidente) do jornalismo, sobretudo aqueles relativos à ética e aos processos de apuração.

O jornalismo aparece, então, não só como uma profissão geradora de produtos cujos impactos são reverberados na superfície do cotidiano, mas que interfere visceralmente no sistema cultural, ao passo em que é determinado por ele. Assim, os materiais jornalísticos auxiliam na construção ou perpetuação de interpretações da realidade, uma vez que, como bem mostrou Robert Park, “na medida em que foram relatados pelos jornais (acontecimentos) em que neles refletimos, tendem a assumir uma significação nova e ideal” (Park, 1976, p. 180).

2 Do objetivismo ao jornalismo generificado

A associação entre a objetividade e o masculino atravessa a constituição e institucionalização históricas do conhecimento. Segundo Ângela Maria Freire de Lima e Souza, essa associação e, conseqüentemente, aquela entre masculino e científico, nunca foi questionada, sequer levada a sério no meio acadêmico (2011), até estudos feministas o fazerem; no entanto, o campo ainda busca reconhecimento e legitimidade – e, do mesmo modo, ainda há imensas resistências (desde epistemológicas a institucionais) ao reconhecimento das articulações entre masculino e ciência.

O fato de que a produção científica feminista, “declaradamente comprometida social e politicamente, é também ‘boa ciência’ ainda que desafiem ou interpelem métodos e técnicas consagrados da Ciência Moderna” (Souza, 2011, p. 24) é questionado. No jornalismo, a objetividade também, como foi constituída ao longo dos dois últimos séculos, ainda não teve alternativa possível ou ratificada (Ward, 2015), sendo um dos fundamentos de uma tradição que se constituiu e se efetiva a partir da perspectiva masculina. Luis Felipe Miguel e Flávia Birolli demonstram como o jornalismo liberal moderno se funda em valores como imparcialidade e objetividade, e como essa mesma imparcialidade contribui para a manutenção das estruturas hegemônicas de poder:

(...) os ideais de imparcialidade e objetividade permanecem em posição central na auto-imagem dos jornalistas, na constituição dos esquemas práticos de atribuição de valor a seu trabalho, na defesa desse trabalho diante das pressões internas e externas ao campo jornalístico e na construção de um referencial ético compartilhado pelos próprios jornalistas (Miguel e Birolli, 2010, p. 59).

Eles defendem, a partir das teóricas feministas Nancy Fraser e Iris Mary Young, que, no liberalismo, há a formalização normativa de

igualdades enquanto permanecem desigualdades efetivas. Segundo os autores, formas de exclusão e opressão são reproduzidas no cotidiano das sociedades capitalistas contemporâneas. Ou seja, ainda que as condições formais do liberalismo garantam (no papel) condições de igualdade, estas não dão conta de um cotidiano que oprime, exclui as mulheres de participação cidadã igualitária em esferas formalmente inclusivas.

Nesse contexto, a imparcialidade “reforça a opressão ao transformar o ponto de vista de grupos privilegiados em uma posição universal” por meio de “visibilidades diferenciadas nos meios de comunicação”, que silencia determinadas perspectivas, reproduz estereótipos, naturaliza juízos sobre homens e mulheres, sobre ricos e pobres e sobre a capacidade que determinados grupos têm de opinar na esfera pública. É nesse cenário que Young, conforme apontam Miguel e Biroli, desloca o sentido da imparcialidade para um valor que “serve a funções ideológicas precisas” ao transformar os particulares privilegiados em posição universal (Miguel e Biroli, 2010, p. 66).

No lugar da imparcialidade, os autores propõem, como ação afirmativa, a perspectiva como fundamento de um jornalismo, que sirva de parâmetro para avaliar o trabalho jornalístico e que desvele as dinâmicas de opressão em vez de ocultá-las. Para os autores, a partir da noção feminista de conhecimento situado, qualquer discurso, inclusive o jornalístico, é situado e “marcado por uma rede complexa de relações” – inclusive aqueles que, socialmente legitimados, são defendidos como não situados. Trata-se de práticas jornalísticas que situam os conflitos no cerne da política e deixam de neutralizar “as vozes que explicitam fraturas e conflitos” (Miguel e Biroli, 2010, p. 74). A perspectiva, então, deixa de se assentar numa monofonia (aquela do autor), para de fato revelar as vozes que procuram por uma fala.

Dessa maneira, a noção de perspectiva trabalhada aqui se alinha ao colocado por Marcia Benetti Machado, segundo a qual o sujeito que enuncia tem seu enunciado conformado “também por inscrições culturais, sociais e históricas” (Machado, 2006, p. 8). Trata-se de acolher não “o ponto de vista” da(s) fonte(s), mas de propiciar a existência discursiva da fonte como elemento para além do pretendido pelo jornalista. A fonte se torna enunciativa, quem apresenta os acontecimentos – enquanto o jornalista os narra.

Esse conceito busca demonstrar que as experiências de todos os sujeitos têm valor; que os conflitos devem ser explicitados; e que o conhecimento das relações sociais se torna mais abrangente justamente por se fundar na interação entre distintas perspectivas. É preciso,

insistem Miguel e Biroli, repensar a ideia de “dois lados”, porque os lados são definidos a partir de um “não lado” – um ponto de Arquimedes (Flax, 1991) que não existe e é impossível como ponto de vista neutro e externo.

Para Young, a negociação entre perspectivas distintas é que permite, ao incorporar o conflito, o debate e a diversidade, ao incluir no debate sujeitos oprimidos, promover uma visão objetiva das relações sociais. É um novo entendimento de objetividade, inclusiva, que se distancia do que Miguel e Biroli chamam de posição olimpiana do discurso jornalístico, que apresenta seu conhecimento – situado como imparcial e sua objetividade como produto de estratégias discursivas. Na “verdade” jornalística, imparcial e objetiva, deixa-se de pensar no que determina quais aspectos da realidade merecem ganhar atenção do público; quais aspectos merecem emergir.

Para Miguel e Biroli, a adoção da perspectiva como fundamento jornalístico altera a situação contemporânea em que “o jornalismo apresenta-se como fiscal de uma ordem que ele não contesta” (Miguel e Biroli, 2010, p. 72) para um novo modelo de produção, que descentra o padrão de profissionalismo do jornalismo e os padrões de hierarquização da expressão, especialmente os discursos políticos. Isso permitiria acomodar distintos pontos de vista que expressam diferentes trajetórias e posições sociais, contribuindo para diminuir a homogeneização do campo jornalístico.

A defesa de um jornalismo fundado na perspectiva e em uma nova compreensão da objetividade, a partir dos estudos feministas, se aproxima da maneira como Sandra Harding (1987) compreende o conhecimento produzido no âmbito dos feminismos. Para Harding, a investigação de cunho feminista, e compreendemos que a produção jornalística pode se fundar também nessas proposições – ou provocações –, parte de alguns princípios. Um deles é o de que a investigação se dá na perspectiva das experiências das mulheres, de modo que possam compreender a si mesmas e o mundo; e, nessa tarefa, se unem a outros enfoques “inferiores”, estudando “de baixo para cima” e colocando o investigador no mesmo nível do objeto de investigação. “A classe, a raça, a cultura, as pressuposições relativas ao gênero, as crenças e os comportamentos da investigadora, ou do investigador, devem ser colocados dentro do marco da pintura que ela ou ele deseja pintar” (Harding, 1987, p. 25).

Situar o jornalista é justamente trazer o conflito ao centro do debate e substituir a voz falsamente transparente da autoridade pela de um sujeito “real, histórico, com desejos e interesses particulares e específicos” (Harding, 1987, p. 25). Em lugar de uma posição objetivista

– ou da objetividade tradicional – é possível pensar um jornalismo que revele as crenças e práticas culturais do produtor da informação, bem como sua experiência singular. A inclusão do subjetivo contribui para diminuir, defende Harding, o objetivismo, e explicitar a objetividade da realidade social, tal qual frisam Miguel e Biroli. O movimento de reflexividade nas práticas jornalísticas é capaz, portanto, de incluir vozes subalternas e revelar como os valores da imparcialidade e da objetividade – que aqui tratamos como objetivismo – servem para ocultar essas vozes diversas, os conflitos que elas carregam consigo e, assim, perpetuam discursos hegemônicos no campo midiático.

A objetividade deixa de ser marcada por um *topos* bem definido, e se constrói como a possibilidade de um discurso que carrega o trajeto das vozes que o dizem e atravessa e corrói o cânone que apaga os traços do subjetivo. Nessa proposta, transforma-se o dito em índice de um “cronotopo” (como apontado por Bakhtin para o texto literário), que forma, a partir de cada temporalidade e lugar, um novo sujeito, continuamente inacabado e aberto, mas ele mesmo.

Um jornalismo generificado, além de perspectivico e situado, é a favor das mulheres. De acordo com Harding, deve “oferecer às mulheres as explicações dos fenômenos sociais que elas querem e de que necessitam” (Harding, 1987, p. 24). É preciso, portanto, reagendar a cobertura sobre as mulheres, pois as perguntas feitas – e respondidas – pelos homens a respeito delas surgem, com maior frequência, “dos desejos de apaziguá-las, controlá-las, explorá-las ou manipulá-las” (Idem). Assim, os objetivos de uma produção jornalística generificada são inseparáveis dos problemas sociais que suscitam tais pautas.

Finalmente, tal práxis jornalística se ancora na experiência das mulheres: as perguntas sobre os acontecimentos do mundo devem passar a ser feitas nessa perspectiva. Um jornalismo feminista constrói suas pautas, e agenda seus temas, enquadrando-os naquilo que vivem as mulheres. As experiências das mulheres devem ser trazidas à luz, e são importantes pois representam uma “significativa da passagem do silêncio à palavra”, de um grupo que ficou à margem da conversa – da história, do discurso, do acontecimento –, relegado à obscuridade da reprodução “fora do tempo” (Perrot, 2007, pp. 14-17). As experiências das mulheres são, em grande medida, aquilo que Kolodny (1980) chama de “kitchen things” e Alexiévitich (2016) de “ninharias”; e são também aquilo que decorre delas: violência doméstica, feminicídio, aborto, dupla jornada, cuidado com as crianças, salários baixos, trabalhos degradantes, assédio

sexual, cuidado com os velhos, envelhecimento, maternidade. Tais experiências são atravessadas pelas conquistas das mulheres, que garantem algum espaço – subalterno, tímido – na esfera pública e também as expõem a novos desafios: a participação política, a militância, as tecnologias contraceptivas, as políticas de parentalidade, mas também a objetificação, o *gender gap*, o telhado de vidro.

É dentro do escopo de um projeto feminista de jornalismo que as vozes coletadas por Svetlana Alexiévitch em *A guerra não tem rosto de mulher* se inserem, a partir dessa experiência generificada e de uma perspectiva ativamente definida. Em busca de contar a história soviética da II Guerra Mundial pela voz das mulheres combatentes, a autora reflete: “Os relatos femininos são outros e falam de outras coisas. A guerra ‘feminina’ tem suas próprias cores, cheiros, sua iluminação e seu espaço sentimental. Suas próprias palavras” (Alexiévitch, 2016, p. 12).

É também neste escopo que Ana Paula Bandeira conceitua um jornalismo feminista: “Preocupado com as relações de poder, com a opressão, com o protagonismo político, econômico e social da mulher”. Este se caracterizaria, desde que eclodiu no país, pela “disseminação de ideias, ações intelectuais e atividades” (Bandeira, 2015, p. 195). Tem enquadramento progressista, no plano dos direitos; de acordo com Buitoni, trata “da condição feminina” (Buitoni, 1981, p. 121). A revista norte-americana *Ms.*, pioneira da auto-denominada imprensa feminista contemporânea, surgiu nos anos 1970 e assim explica seu exercício feminista de jornalismo:

A maioria das revistas para mulheres se limitavam a conselhos sobre salvar casamentos, criar bebês ou usar os cosméticos certos. Quando a *Ms.* estreou, trazendo artigos como o momento da verdade da dona-de-casa, a “dessexuação” da língua inglesa e aborto, o colonista sindicado James J. Kirkpatrick zombou que se tratava de um Dó sustentado em um piano desafinado, uma nota de “petulância, de escrotice, ou de unhas nervosas arranhando um quadro-negro” (*MS*, 2017).

Importante pensarmos que uma imprensa feminista se materializa na busca por direitos e em pautas que tratem das vidas das mulheres. Ainda assim, um projeto de jornalismo feminista não necessariamente coincide com uma imprensa feminista ou se restringe a ela; e, de maneira análoga, as pautas em que toca podem também ser abordadas de um ponto de vista androcêntrico, patriarcal, misógino ou machista, se não estiverem filiadas a um projeto feminista de jornalismo. Os princípios podem ser materializados em qualquer veículo de imprensa. O que está em jogo, portanto, são os fundamentos deste empreendimento.

3 Das dificuldades conciliatórias na cobertura de estupro

As dificuldades a um projeto feminista de jornalismo são consideráveis, especialmente aquelas de natureza ética, deontológica e técnico-expressiva. Um dos casos recentes que melhor e mais complexamente demonstrou essa encruzilhada é o da reportagem “A rape on campus” (“Um estupro no campus: ataque brutal e luta por justiça na UVA”), publicada pela revista norte-americana de cultura *Rolling Stone* (RS) em 2014. A reportagem partia do amplo relato de um estupro coletivo que teria ocorrido em uma festa de fraternidade no campus da Universidade da Virgínia (UVA) para abordar o problema dos estupros e da violência contra a mulher em campi universitários nos Estados Unidos, que já vinha sendo abordado pela imprensa dos EUA.

A revista foi às bancas em fins de novembro. Recebida a princípio com entusiasmo e vigor, louvada pela imprensa, poucos dias depois a reportagem de Sabrina Rubin Erdely passou a ser alvo de questionamentos em relação à veracidade das alegações do estupro coletivo na UVA, vindas de diversos jornalistas. A reportagem foi colocada à prova em vários *fronts*: lacunas na apuração que, caso tivessem sido devidamente perseguidas, teriam possivelmente mudado os fatos apresentados no texto publicado; a credibilidade da fonte principal, Jackie, foi colocada em xeque; problemas de edição, supervisão editorial e checagem, que deixaram passar as lacunas desde as primeiras versões até a impressão. A *Rolling Stone* e a repórter, inicialmente, diante da bateria de reações negativas, ficaram ao lado da fonte e da versão publicada; aos poucos, porém, perderam a confiança nas informações dela e na apuração de Erdely. Em 5 de dezembro, a revista se retratou da matéria. Alguns meses depois, a reportagem foi retirada do ar³.

Em abril de 2015, a *Rolling Stone* publicou – na íntegra no site e em uma versão na revista impressa – o relatório *Anatomia de um fracasso jornalístico*, uma crítica de mídia realizada pelos editores da *Columbia Journalism Review* (CJR) sobre os erros que a reportagem “A rape on campus” continha. Assinada por Sheila Coronel, Steve Coll e Derek Kravitz, a peça da CJR assinala o que considera os erros capitais no processo produtivo da reportagem e aponta possíveis práticas a serem adotadas posteriormente. Um dos erros, ou falhas, no termo utilizado pelos autores, é descrito como *confirmation bias*, ou viés de confirmação: “A tendência das pessoas a serem presas por noções pré-existentes e a selecionar fatos que sustentem suas próprias visões enquanto negligenciam fatos

contraditórios” (Coronel, Coll & Kravitz, 2015). Para os autores, o viés de confirmação é aplicável ao caso em estudo.

Erdely acreditava que a universidade estava obstruindo a justiça. Ela se sentia obstruída. Como muitas universidades, a UVa tinha um histórico falho no trato de casos de violência sexual. A experiência de Jackie parecia confirmar esse padrão amplo. A história dela parecia bem oficializada no campus, repetida e aceita (Coronel, Coll & Kravitz, 2015).

A primeira pergunta que propomos é: em que medida a ideia antes defendida de perspectiva se diferencia do que Coronel, Coll e Kravitz classificam de viés de confirmação na cobertura de casos de estupro? A própria crítica da *CJR* aponta que apenas entre 2% e 8% das alegações de estupro são fantasiosas; ou seja, havia um ambiente credível para a informação fornecida pela fonte, atuando talvez em consonância com um viés de confirmação. A repórter reconhece no texto da *CJR* que sentia que a história de Jackie era real, bem como seus editores. Esse sentimento deriva de um desejo de Sabrina de confirmar aquilo que gostaria de confirmar (sua pauta) ou da adoção de uma perspectiva feminista sobre o assunto? O confronto da perspectiva com o fundamento jornalístico da imparcialidade é frontal, justamente porque também esbarra no viés de confirmação e com este se confunde.

A segunda pergunta que propomos é sobre a narrativa das vítimas. Não apenas a achapante maioria das alegações de estupro são verdadeiras, mas os trabalhos sobre a cobertura de estupro e das vítimas de trauma de violência sexual indicam a necessidade de uma postura durante a apuração que largamente favorece a dúvida e pode colocar em xeque outro elemento tido como fundamento do jornalismo, a precisão.

O relato que Jackie forneceu era contraditório. Ela se recusou a fornecer alguns detalhes e teve dúvidas sobre como soletrar o nome do suposto estuprador. De acordo com a *CJR*, o relato era “preciso e horripilante”; mais à frente, o descrevem como vivaz. Alguns detalhes teriam deixado Sabrina Erdely “um pouco incrédula” (Coronel, Coll & Kravitz, 2015). O relato de Jackie é avaliado ao mesmo tempo como detalhado demais (como se lembrar do vidro da mesinha quebrado?) e lacunar demais (como não saber com certeza o nome do homem que a estuprou?).

Contudo, os testemunhos de trauma não costumam constituir narrativas completas, inteligíveis e lógicas. A publicação *Reporting on rape and sexual violence*, da Força-Tarefa de Chicago sobre Violência contra as Garotas e Jovens Mulheres, corrobora essa característica do

relato traumático para guiar jornalistas na condução de entrevistas com vítimas de violência sexual:

Não se surpreenda se os relatos fizeram apenas sentido parcial. Com frequência, sobreviventes de violência sexual “se apagam” emocionalmente: as lembranças podem se tornar fragmentárias, e em alguns casos elas podem bloquear completamente um evento. Relatos incompletos e contraditórios não são evidência primária de mentira, mas antes a luta que entrevistados podem vivenciar para tentar fazer sentido do que lhes aconteceu (Garcia-Rojas, 2012, p. 9).

Os editores e a repórter da *RS* consideram que o defeito mais grave da apuração foi serem “tão acolhedores com Jackie porque ela se descrevia como sobrevivente de uma terrível violência sexual”, seguindo justamente o que preconizam cientistas sociais, psicólogos e especialistas em trauma que apoiam vítimas de estupro. A perspectiva de “acolhimento” aparece, então, com seu revestimento e estofamento de afeto, de forma imprópria ao que se espera da prática do jornalista, que precisa não ser afetado nem afetar aquele a quem cobre, estabelecendo uma relação em que o impacto do outro, sendo ele quem for, deve ser expurgado, ainda que o trauma se coloque como contínuo incômodo (e mais que isso). Neutralizar a afetação parece resolver uma série de dilemas éticos, uma vez que estes só aparecem, em concordância com Umberto Eco, quando o outro entra em cena – mas, na verdade, pode nos colocar diversos novos dilemas. Além disso, a esterilização da afetação nos encaminha para uma possibilidade inexistente no humano, como Spinoza já alertava:

Os que escrevem sobre os afetos e o modo de vida dos homens parecem, em sua maioria, ter tratado não de coisas naturais, que seguem as leis comuns da natureza, mas de coisas que estão fora dela. Ou melhor, parecem conceber o homem na natureza como um império no império. Pois acreditam que, em vez de seguir a ordem da natureza, o homem a perturba, que ele tem uma potência absoluta sobre suas próprias ações, e que não é determinado por nada mais além de si próprio (Spinoza, 2010, p. 161).

De acordo com o relatório da *CJR*, os atores sociais que lidam mais diretamente com questões de trauma “têm reforçado nos jornalistas a necessidade de respeitar a autonomia das vítimas, de evitar retraumatizá-las e compreender que sobreviventes de estupro são tão confiáveis em seus testemunhos quanto vítimas de outros crimes” (Coronel, Coll & Kravitz, 2015). Mais adiante, explicam que os repórteres precisam ter em mente que os traumas podem comprometer as memórias das vítimas e eventualmente são algumas das causas de relatos “fragmentários e contraditórios” e que todo caso de estupro tem múltiplas narrativas.

Ainda assim, urge aos profissionais buscarem outras maneiras de corroboração dos relatos das vítimas, reforçando o fundamento da precisão e a visão do jornalismo como narrativa lógica. Muitos casos de violência sexual, porém, possuem pouca ou nenhuma prova de corroboração; se muitos ocorrem em festas e eventos nos campi, outros tantos têm lugar sem testemunhas, com consequências que vão desde a falta de acesso da vítima aos serviços de justiça e saúde pública adequados, à falta de aconselhamento profissional, atravessados pela culpabilização da vítima e pelo desafio à credibilidade da palavra de uma mulher.

Assim, uma práxis jornalística feminista, tendo como fundamentos a perspectiva, estar a favor das mulheres, a centralidade da experiência e o reconhecimento do jornalista e do jornalismo como situados, esbarra constantemente naquilo que tem fundado o exercício jornalístico liberal. De fato, desafia esses pressupostos, na mesma medida em que é colocada em xeque ao buscar materializar-se. Um dos problemas apontados na reportagem de Erdely diz respeito ao que muitas vezes se chama de “outroladismo”, que os autores da crítica de mídia da *CJR* definem assim: “A prática jornalística – e as noções básicas de equilíbrio – demanda que se um repórter pretende publicar informações depreciativas sobre alguém, deve buscar a versão dessa pessoa” (Coronel, Coll & Kravitz, 2015)⁴. Erdely não buscou a versão do estupro porque não chegou a ele. Seja porque Jackie não lhe deu informações adequadas, seja porque não investigou a partir dos fragmentos de informação que a fonte lhe deu. Nesse caso, entretanto, cabe questionar se a versão do estupro é algo que interesse ao jornalismo e se ouvi-lo e colocá-lo lado a lado com sua vítima, como se ambos correspondessem a pesos em uma balança, é necessidade absoluta para cumprir um ideal de equilíbrio. Não estaria já a própria experiência vivida em profundo desequilíbrio? O que seriam versões de um estupro?

A apuração na cobertura de estupro se torna uma rede inextricável de não-saberes deontológicos (as perguntas acima evidenciam isso), cujas resoluções dependerão sobretudo do jornalista, que não conta com um manual ou mesmo com uma rotina já estabelecida sobre aquilo que deve ser feito.

O guia *Reporting on rape and sexual violence* ressalta a difícil balança entre os preceitos éticos do jornalismo, as abordagens do estupro na mídia e a defesa dos valores liberais do jornalismo tradicionais, como a neutralidade.

Contudo, como pesquisas indicam, manter um ponto de vista balanceado permanece um desafio. Ainda que concordemos que equilíbrio e precisão são considerações éticas que os jornalistas precisam levar em conta, também acreditamos firmemente que a neutralidade é uma meta a nunca ser completamente atingida: é um ideal em direção ao qual miramos. Isso é evidenciado pela alta porcentagem de reportagens sobre estupro e violência sexual que focam a apuração na investigação sobre as vítimas, sem colocar perguntas críticas ou investigar a fundo o criminoso. De maneira similar, essas reportagens ajudam a perpetuar mitos ao incorporar descrições supérfluas que dependem de linguagem de culpabilização da vítima (Garcia-Rojas, 2012, p. 5).

O “mandamento” de que é preciso ouvir as duas versões é desafiado por projetos como o de Svetlana Alexiévitch. Ela se propõe a escrever “a história dessa guerra. A história das mulheres” (Alexiévitch, 2016, p. 13) e rejeita o outro lado; não quer ouvi-lo; não precisa dele; porque este lado, ouvido *ad eternum* e hegemônico na construção das narrativas soviéticas sobre a guerra, não lhe interessa. Interessam-lhe os “textos absolutamente novos” que as mulheres têm a contar; a pequena história. Com frequência, o recurso ao outro lado – que se articula à ideia de apuração “imparcial” do acontecimento jornalístico – como técnica mecanizada na rotina dos processos de produção noticiosa reforça a hierarquia dos discursos no jornalismo, pois este lado, supostamente neutro, tem mais espaço, mais voz, mais credibilidade e mais respaldo. Muitas vezes, por incorporar a voz tradicional institucional ou apenas porque incorpora a voz da autoridade – masculina; por reforçar as hierarquias dos atores sociais na esfera pública. De fato, a linguagem é “povoada pelos interesses de outros”, “os mestres”, como Teresa de Lauretis os denomina (Lauretis, 1984, p. 3). Mas como ela mesma ressalta adiante, a linguagem não precisa ser pensada como “pertencente” a ninguém; quem define o código e o contexto tem o controle da linguagem e pode, portanto, subvertê-la, contradizer seus termos, “formular questões que irão redefinir o contexto, deslocar os termos das metáforas e produzir novas” (Idem).

A conciliação entre as proposições de um jornalismo que desafia noções como imparcialidade e objetividade e uma práxis jornalística que ainda se ancora em outros preceitos éticos e fundamentos técnicos como a escuta de todos os lados e a precisão não parece próxima. Pode resultar no que a *Rolling Stone* produziu: uma história com lacunas de informação e parcialmente inverídica⁵. Os efeitos de “Um estupro no campus” foram devastadores para Sabrina Erdely, para a revista e para a militância contra o estupro. A revista, última grande independente dos EUA, foi colocada à venda em 2017. Especula-se que a credibilidade da

RS foi irremediavelmente danificada pelo caso, que teve ampla cobertura e resultou em processos judiciais milionários, nos quais a RS e Erdely foram condenados por danos morais ou fizeram acordos.

4 Jornalismo ou agenda?

Um argumento recorrente para desacreditar as iniciativas feministas de jornalismo (ou outras iniciativas de jornalismo situado) é que se tratam de *advocacy*, militância, e não de jornalismo. Uma crítica dirigida à cobertura de estupro diz respeito à existência ou não da cultura do estupro (*rape culture*), sobre a qual não há consenso nas teorias feministas; um dos catalizadores desse tipo de jornalismo seria o debate deslizante e raso sobre o tema. Há ainda a dificuldade de *provar* as acusações feitas por mulheres, que se torna um empecilho ao exercício do jornalismo tradicional, na medida em que as vítimas *devem ser* confrontadas com outras narrativas (que, muitas vezes, as culpabilizam). Tais argumentos recolocam o debate nos termos criticados por Miguel e Biroli: um jornalismo olimpiano, acima e à parte dos conflitos do cotidiano, como “privilegiado” e “mero” relator de tais conflitos, nos quais não se inclui, sobre os quais não se deixa afetar, por estar em outro nível. Existe tal jornalismo? A não ser como possibilidade, meta e proposta que oblitera e subsume as partes contra-hegemônicas do conflito em relatos pretensamente neutros e imparciais, mas carregados, da história de apagamento de todos os discursos hegemônicos?

Do mesmo modo, e do outro lado do espelho, quais as condições materiais para o exercício de um jornalismo calcado em outros fundamentos? Que produza, promova outras interpelações e questione preceitos postos? Tal jornalismo também não se trata de possibilidade? A reportagem da *Rolling Stone* nunca foi explicitamente apresentada como feminista, mas a repórter tinha em mente preocupações tidas como feministas ao propor sua pauta e os problemas do texto se espalham para além do que apontamos aqui (conforme o relato da *CJR*). Contudo, podemos rastrear tais problemas ao desejo primário de Sabrina Rubin Erdely de reportar “como é estar no campus agora... Onde não só estupro é tão prevalente como também existe essa cultura permissiva de assédio sexual/cultura do estupro”, conforme disse a uma fonte (Coronel, Coll & Kravitz, 2015).

As questões que trazemos aqui, portanto, não conciliam posições aparentemente contraditórias. Mas levantam perguntas;

apontam contradições. E dentro do projeto feminista (Lauretis, 1984), há que interrogar este jornalismo, como método, como movimento, como deslocamento.

NOTAS

- 1 Quatro plataformas digitais de produção jornalística generificada. Azmina (azmina.com.br/) se define como “mídia independente e feminista”. Catarinas (catarinas.info/) afirma praticar “jornalismo com perspectiva de gênero” e é sediada em Santa Catarina. Capitolina (www.revistacapitolina.com.br/) trata-se de “revista online independente para garotas adolescentes”. Geledés (www.geledes.org.br/) é um *think tank* dedicado à mulher negra, que tem a comunicação como uma de suas áreas de atuação.
- 2 Não há consenso sobre a classificação ou temporalização cronológica dos feminismos em “ondas”. Nos alinhamos a Carla Rodrigues, quando diz que “as ondas são uma metáfora útil para denunciar o viés da opressão” (Rodrigues, 2016, p. 67). “Ondas feministas são assim, investidas das mulheres sobre as interdições, como um mar que bate nas pedras até lhes modificar o perfil. (...) A história da política feminista respira por estas ondas que se erguem, acumulam, quebram e varrem” (Rodrigues, 2016, p. 83). Nos apoiamos em autoras como Nancy Fraser (2013), que opera conceitualmente com as ondas – especialmente a segunda onda, que, para a autora, coincide com a expansão das práticas do capitalismo pós-industrial. Nicola Rivers (2017) define a quarta onda como “fraturada e complexa”, capaz de reforçar avanços individuais em detrimento de pautas coletivas e centrado em “noções sedutoras de ‘escolha’, ‘empoderamento’ e ‘agência’” (Rivers, 2017, p. 24). Rivers destaca o forte elo com a cultura pop, representado por figuras como Beyoncé. Essa configuração, ressalta, “navega em uma trilha complicada entre pós-feminismo(s), apoiada em promover as conquistas (e frequentemente o estilo de vida) de mulheres de sucesso” – uma visão capitalista e neo-liberal de sucesso que as mulheres são incentivadas a emular (Rivers, 2017, p. 25).
- 3 A reportagem original ainda pode ser encontrada neste endereço on-line: goo.gl/QXoAac. 24 out. 2017.
- 4 Erdely entrou em contato com a fraternidade onde teria ocorrido o abuso, mas a *CJR* também critica a maneira como fez esse contato: a jornalista informou sobre a acusação e pediu “comentários”. A *CJR*

e a fraternidade alegam que se Erdely tivesse mencionado as datas do suposto estupro os estudantes poderiam ter dito que não houve festa naquele dia. A estratégia de não “botar as cartas na mesa” aos negativamente implicados nas apurações jornalísticas não é rara; apesar de se chocar com princípios éticos, é amplamente praticada em redações (se não incentivada), sobretudo no noticiário político.

- 5 O relatório da *CJR* aponta que as investigações policiais sobre a história de Jackie concluíram que os eventos descritos por ela não ocorreram, contudo, a polícia afirma que, diante das evidências, não é possível descartar que algo terrível possa ter acontecido a ela naquela noite. Em outubro de 2016, Jackie depôs em um dos processos enfrentados pela *RS*. Ela informou ter problemas em se lembrar das coisas e relatou síndrome do estresse pós-traumático. Disse: “Mantenho o relato que dei à *Rolling Stone*. Acreditei ser verdadeiro naquele momento”. No depoimento, Jackie falou ainda que não sabia o exato teor da reportagem, que não tinha ideia de que seria o centro da narrativa, e também diz que uma amiga relatou seu desconforto à repórter, que teria negado a possibilidade de recuo. Disponível em: <https://goo.gl/dR7PXk>. 26 out 2017.

REFERÊNCIAS

- Alexiévitch, S. (2016). *A guerra não tem rosto de mulher*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bandeira, A. P. B. da S. (2016). Jornalismo feminino e jornalismo feminista: aproximações e distanciamentos. *Vozes e Diálogo*, v. 14, n. 2, pp. 190-199. Recuperado de: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/8167/4804>.
- Buitoni, D. H. S. (1981). *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Loyola.
- Carpeggiani, S. (2017). Da mulher que não teme ser contestada. *Suplemento Pernambuco*, v. 138, p.12-17, ago. 2017. Recuperado de: http://www.suplementopernambuco.com.br/images/pdf/PE_138_web.pdf.
- Connell, R. (2015). *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: inVeros.
- Coronel, S.; Coll, S.; Kravitz, D. (2015). Anatomy of a journalistic failure. *Rolling Stone*, Nova York, v. 1233. Recuperado de: www.rollingstone.com/culture/features/a-rape-on-campus-what-went-wrong-20150405.

Erdely, S. R. (2014). A rape on campus: A Brutal Assault and Struggle for Justice at UVA. *Rolling Stone*, Nova York, v. 1223. Recuperado de: <https://goo.gl/dR7PXk>.

Flax, J. (1991). Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista. In: H. B. Hollanda (Org.), *Pós-modernismo e política* (pp. 217-250). Rio de Janeiro: Rocco.

Fraser, N. (2013). *Fortunes of feminism*. From state-managed capitalism to neoliberal crisis. Londres, Nova York: Verso.

Garcia-Rojas, C. (2012). *Reporting on rape and sexual violence*. A Media Toolkit for Local and National Journalists to Better Media Coverage. Chicago, Chicago Taskforce on Violence Against Girls & Young Women. Recuperado de: chitaskforce.org/wp/wp-content/uploads/2012/10/Chicago-Taskforce-Media-Toolkit.pdf.

Harding, S. (1987). Is there a feminist method? In S. Harding (Org.), *Feminism and methodology* (pp. 1-14). Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press.

Kolodny, A. (1980). Dancing through the minefield: some observations on the theory, practice and politics of a feminist literary criticism. *Feminist Studies*, Maryland, v. 6, n. 1, pp. 1-25. Recuperado de: https://www.jstor.org/stable/3177648?seq=1#page_scan_tab_contents.

Lauretis, T. De (1984). *Alice doesn't: Feminism, semiotics, cinema*. Bloomington: Indiana University Press.

Machado, M. B. (2006). Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. *Revista Intexto*, v 1, n 14, pp. 1-11. Recuperado de: <http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/4251>.

Miguel, L. F.; Biroli, F. (2010). A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 25, n° 73, pp. 59-76. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n73/v25n73a04.pdf>.

MS.(Eua) (Org.) (2017). *About: Ms. HerStory: 1971-Present*. 2017. Recuperado de: <http://msmagazine.com/blog/about>.

Nye, A. (1995). *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos tempos.

Perrot, M. (2007). *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto.

Park, R. (1976). A notícia como forma de Conhecimento. In: C. Steinberg (Org.), *Meios de comunicação de massa* (pp.168-185). São Paulo: Cultrix.

Rivers, N. (2017). *Postfeminism(s) and the arrival of the fourth wave*:

Turning tides. Cheltenham: Palgrave Macmillan.

Rodrigues, C. (2016). *Erguer, acumular, quebrar, varrer, erguer...* Serrote. São Paulo, n. 26. Recuperado de: <https://www.revistaserrote.com.br/2017/01/erguer-acumular-quebrar-varrer-erguer-por-carla-rodrigues>.

Souza, A. M. F. de L. e (2011). Sobre gênero e ciência: tensões, avanços, desafios. In: A. Bonneti, A. M. F. de L. e Souza (Orgs.), *Gênero, mulheres e feminismos* (pp. 15-28). Salvador: Edufba, Neim.

Spinoza (2010). *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica.

Karina Gomes Barbosa é professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Temporalidades da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Suas pesquisas giram em torno de estudos feministas, afetos, representações e narrativas no jornalismo e no audiovisual. Neste trabalho, contribuiu sobretudo com o aporte dos estudos feministas e no estudo de caso, ainda que as autoras tenham trabalhado muito próximas durante toda a produção do artigo. Juntas, traduziram para uso em sala de aula a crítica de mídia da CJR. E-mail: karina.barbosa@gmail.com

Rafiza Varão é professora no curso de Jornalismo da Universidade de Brasília (UnB). Pesquisa teorias clássicas da Comunicação e ética no Jornalismo. Neste trabalho, contribuiu exatamente nessa última instância, refletindo sobre as questões éticas que podem permear a cobertura de estupro. E-mail: rafiza@gmail.com

RECEBIDO EM: 31/10/2017 | ACEITO EM: 23/01/2018